



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 3060

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As três séries . . .	Ano 360\$	Semestre	200\$
A 1.ª série	140\$:"	80\$
A 2.ª série	120\$:"	70\$
A 3.ª série	120\$:"	70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4550 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37.701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:

Rectificações:

Ao Decreto n.º 41 812, que regula a administração e funcionamento dos casinos das zonas de jogo.

Decreto n.º 41 848:

Autoriza o conselho administrativo do Estado-Maior da Força Aérea a celebrar contrato para a execução da empreitada de «Fornecimento de mobiliário de madeira para a base aérea n.º 5, Monte Real».

Ministério do Interior:

Modelos:

Das figuras a que se refere o Decreto n.º 41 798, que aprova o plano de uniformes da Polícia de Segurança Pública.

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 41 849:

Anula várias quantias previstas no orçamento das receitas aprovado para o corrente ano económico — Aumenta a previsão da verba inscrita no artigo 17.º, capítulo 2.º, do referido orçamento.

Ministério das Obras Públicas:

Decreto n.º 41 850:

Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de «Escola de Alunos Marinheiros — Reparação dos tectos das casernas».

Decreto n.º 41 851:

Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de «Convento de Lorvão (adaptação a hospital de alienados) — Águas e saneamento».

No artigo 66.º, onde se lê: « . . . um tubo recurvado córneo, . . . », deve ler-se: « . . . um tubo recurvado (córnea), . . . ».

No artigo 103.º, § 1.º, onde se lê: « . . . que o pagador detém por conta daquela », deve ler-se: « . . . que o pagador detém por conta daquele ».

No artigo 107.º, § 1.º, alínea c), onde se lê: « . . . se os existentes naquele em que o banqueiro perde for inferior às daquele em que ganhe », deve ler-se: « . . . se o existente naquele em que o banqueiro perde for inferior ao daquele em que ganhe ».

No artigo 109.º, 6, onde se lê: « sabot », deve ler-se: « sabots ».

Presidência do Conselho, 3 de Setembro de 1958. — O Presidente do Conselho, *António de Oliveira Salazar*.

Subsecretariado de Estado da Aeronáutica

Decreto n.º 41 848

Considerando que foi adjudicada à firma Fábrica de Móveis Aseta a empreitada de «Fornecimento de mobiliário de madeira para a base aérea n.º 5, Monte Real»;

Considerando que para a execução de tal obra está fixado um prazo que abrange parte dos anos económicos de 1958 e 1959;

Tendo em conta o disposto no artigo 22.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o conselho administrativo do Estado-Maior da Força Aérea a celebrar contrato com a firma Fábrica de Móveis Aseta para a execução da empreitada de «Fornecimento de mobiliário de madeira para a base aérea n.º 5, Monte Real», pela importância de 1:529.820\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor dos fornecimentos a realizar, não poderá o conselho administrativo do Estado-Maior da Força Aérea despendar com pagamentos relativos aos fornecimentos executados, por virtude deste contrato, mais do que as importâncias abaixo indicadas:

Em 1958 — 150.000\$;

Em 1959 — 1:379.820\$, ou o que se apurar como saldo no ano de 1958.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Setembro de 1958. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *António Manuel Pinto Barbosa*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Secretaria-Geral

Tendo sido publicado com inexactidões no *Diário do Governo* n.º 174, 1.ª série, de 9 de Agosto findo, pelo Ministério do Interior, Conselho de Inspeção de Jogos, o Decreto n.º 41 812, determino que se façam as seguintes rectificações:

No artigo 4.º, n.º 4.º, onde se lê: « . . . lhe sejam solicitadas . . . », deve ler-se: « . . . lhe sejam solicitados . . . ».

No artigo 10.º, onde se lê: « . . . a categoria de inspector ou subinspector, acompanhado . . . », deve ler-se: « . . . a categoria de inspector ou subinspector, seguida . . . ».

No artigo 14.º, alínea d), onde se lê: «Ter participado . . . », deve ler-se: «Ter participação . . . ».

No artigo 19.º, onde se lê: «A direcção do casino é obrigada a fixar . . . », deve ler-se: «A direcção do casino é obrigada a afixar . . . ».